

A sociedade civil se organiza na América Latina

Sonia E. ALVAREZ, Evelina DAGNINO e Arturo ESCOBAR (orgs.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos (novas leituras)*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2001. 538 páginas.

Céli Regina Jardim Pinto

As grandes coletâneas são sempre bem vindas, mas ao mesmo tempo sempre vêm acompanhadas de um perigo eminente, que decorre da enorme dificuldade que este tipo de produção tem de reunir um conjunto coerente de textos, que além de um vago tema comum tenha uma proposta realmente integradora. O livro organizado por Alvarez, Dagnino e Escobar é uma dessas obras, que consegue manter ao longo de 538 páginas um claro fio condutor, fruto de um projeto comum de investigação, partindo de uma questão conceitual relevante.

A questão central ao redor da qual se organiza o livro é a da presença da dimensão cultural na luta política na América Latina, isto é, na constituição da cultura como um fato político e seus efeitos na luta por democratização, construção de esferas públicas e exercício de cidadania. Dessa forma, desde sua introdução o livro polemiza com o *mainstream* das análises sobre democracia na região: “as análises predominantes da democracia centram-se no que os cientistas políticos batizaram de ‘engenharia institucional’, requisito para a consolidação da democracia representativa no Sul das Américas” (p. 33).

O livro organiza-se em três partes: a primeira trata das questões mais específicas de democracia e Estado; a segunda, de etnicidade, raça e gênero; e a terceira, de globalização e transnacionalismo. Os capítulos que dão conteúdo a cada uma delas trazem todos, de alguma forma, resultados de pesquisas que discutem a questão da cultura em relação a cada uma dos três grandes cortes.

Quatro artigos formam a primeira parte do livro, em que são discutidas questões de fundo

sobre a organização dos movimentos sociais e seus enfrentamentos com a arena política e na luta por direitos. Dagnino examina a transformação dos discursos e das práticas da esquerda na América Latina e chama a atenção, com muita propriedade, tanto para a herança de uma cultura hierárquica (p. 82) quanto para a importância dada pelos movimentos sociais a uma nova cidadania igualitária. Conclui o artigo trazendo resultados de sua pesquisa sobre cultura, democracia e cidadania em São Paulo. Paoli e Telles discutem o paradoxo entre democracia e desigualdade social, afirmando que este “põe em foco as questões clássicas dos direitos, da justiça e da igualdade” (p. 104). Sublinham também a relevância do aparecimento dos pobres na esfera pública como sujeitos de direito reconhecido. Com referência ao Brasil, discutem a importância de uma cidadania politicamente construída e apontam algumas experiências que consideram de sucesso, como a da Câmara setorial automotiva.

Os dois outros artigos que compõem a primeira parte, apesar de examinar duas realidades muito distintas, trazem para a discussão a questão fundamental da relação entre os movimentos sociais e o Estado. Schild, tratando do movimento feminista no Chile, aponta para os efeitos da aproximação do feminismo profissionalizado em ONGs com o projeto de Estado neoliberal presente no país. Nesse encontro, o autor indica a existência de um novo tipo de discurso constituidor da cidadania: “uma nova chave ideológica é a ênfase nas responsabilidades da cidadania em oposição aos ‘meros’ direitos” (p. 164). Baierle, no outro artigo, parece fazer um contraponto a este cenário: ao analisar o orçamento participativo a partir da história dos movimentos sociais urbanos da cidade de Porto Alegre, ele mostra como um longo aprendizado na esfera pública torna qualitativamente distinta a relação de setores organizados da sociedade civil com as esferas governamentais.

A segunda parte do livro é composta por quatro artigos que tratam de movimentos de comunidades étnicas e sociais e discutem a questão da construção da diferença na luta política através da afirmação do cultural. Rubin, estu-

dando o movimento mexicano CONCEI (Coalizão de operários, camponeses e estudantes no istmo), mostra o interessante paradoxo entre um discurso marxista radical, que prega a violência, e a presença de uma luta impregnada nos afazeres cotidianos das populações indígenas da região: “Mediante seu controle dos pátios familiares, do mercado central e das redes e feiras de bairros, as mulheres juchitecas desempenharam um papel chave no desenvolvimento da consciência política e da mobilização de base” (p. 242). O movimento Pan-maia na Guatemala é analisado por Warren em artigo altamente polêmico. Apesar da presença de um injustificável acerto de contas político em um trabalho desta natureza, a autor é muito feliz em mostrar, no cenário político guatemalteco, as dificuldades de uma luta a partir da etnia.

Os dois outros artigos desta parte examinam movimentos negros. O primeiro, de Grueso, Rosero e Escobar, estuda a organização da comunidade negra na Costa Meridional do Pacífico na Colômbia. Por se constituir uma região estratégica em termos de biodiversidade, o movimento apresenta uma complexidade que lhe confere um interesse especial. Os autores destacam a “perspectiva do efeito que a política cultural do movimento está tendo ou pode ter sobre noções e práticas de identidade coletiva, cultura política, biodiversidade e desenvolvimento alternativo” (p. 313). O segundo artigo, de Cunha, trabalha com o movimento “Grupo Cultural Afro-Reggae” do Rio de Janeiro, mostrando como a cultura negra se constitui em um instrumento de conscientização. Os dois artigos são especialmente interessantes na medida em que analisam com muita propriedade o tema central da coletânea – o estabelecimento da cultura como uma esfera política.

A terceira e última parte traz um tema novo e central para a discussão da organização política da sociedade civil: a noção de globalização e do transnacionalismo. Os quatro artigos contêm análises sofisticadas que passam ao longe de posições tão comuns de entusiasmo ingênuo ou de rechaço ideológico quando se trata de questões relativas à globalização. Alvarez analisa o movimento feminista na América Latina partindo de um contraponto observado na 4ª

Conferência Mundial da Mulher em 1995, na China. Notava-se, por um lado, um feminismo calcado na expressão cultural das mulheres latino-americanas (as barracas do encontro alternativo das ONGs) e, por outro, um feminismo altamente profissionalizado de mulheres, na maioria das vezes, ligadas a poderosas ONGs, que assessoravam a Conferência Mundial da ONU. Alvarez conclui: A ONGuização e transnacionalização do campo feminista latino americano levou um número crescente de feministas a privilegiar alguns espaços da política feminista, tais como o Estado e as arenas políticas internacionais, em relação aos esforços de transformar as representações predominantes de gênero, enfatizar as mudanças de consciência e promover a transformação cultural por meio de atividades de organização e mobilização das bases locais” (p. 414). Yúdice trata do movimento Zapatista de Chiapas, trabalhando com a noção de “recontextualização cultural” presente em uma política progressista de comunicação. Aponta também para um cenário onde aquela dissociação do movimento feminista vislumbrada por Alvarez dá lugar a uma nova maneira de caracterizá-lo. O artigo evidencia um aspecto realmente novo, que as análises correntes do movimento zapatista tendem a deixar em um discretíssimo segundo plano em favor de uma interpretação que associa o movimento à guerrilha clássica: “Mais do que combate armado, eles travaram um luta pela definição do bem público, tanto nacional como transnacional, e demonstraram um uso habilidoso dos recursos globais, em especial dos meios de comunicação e Internet” (p. 444).

Os dois últimos artigos do livro exploram o tema da desterritorialização ou de um novo tipo de território. Ribeiro aponta para a possibilidade de uma cidadania global e mostra com clareza a fragilidade e a volatilidade presente em algo que chamou de “uma nova comunidade imaginada” (p. 469). Oportunamente, o autor chama a atenção para o fato de esses *cyber* cenários engendrarem “uma perda relativa de homogeneidade dos sujeitos políticos resultantes que, em geral, existem como coalizões, que visam atingir objetivos muitos definidos e que são desmontadas

uma vez realizada a tarefa” (p. 479). O artigo que fecha o livro parece ter tido a difícil missão de comentar todos os outros, escritos ao longo de mais de 500 páginas. Retomando a discussão acerca do universo cultural, político e global, Slater toma a questão da territorialidade em termos de fronteira e indica como ela é apresentada nos variados textos do volume.

Trata-se, portanto, de uma coletânea exaustiva, cuidadosamente estruturada, cuja tradução para o português, já que originalmente foi publicado em inglês, constitui um importante ponto de referência para os estudos sobre cultura e política, tanto de uma perspectiva teórica, quanto da análise de resultados de pesquisas.

Céli Regina Jardim Pinto é professora do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A busca política da beleza e da justiça

Marcelo RIDENTI, *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro, Editora Record, 2000. 462 páginas.

Miguel Chaia

Raros são os livros que causam impacto e permitem, a partir da sua leitura, levantar questões de diferentes ordens. É o caso de *Em busca do povo brasileiro*, de Marcelo Ridenti, que tem o mérito de colocar em pauta instigantes discussões que apontam para a área da política ao mesmo tempo em que ultrapassam fronteiras multidisciplinares.

A análise apresentada no livro enfoca os movimentos e militantes ligados a partidos políticos ou facções partidárias de esquerda, atuantes no setor cultural, mostrados nas arrebatadoras experiências políticas e artísticas produzidas a partir da década de 60. O autor busca compreender as diferentes concepções que esses sujeitos, coletivos ou individuais, possuem a respeito da luta política partidária, da revolução no Brasil e do povo brasileiro. Esta obra, lançada recentemente pela editora Record, reafirma a contribuição de Marcelo Ridenti para uma tendência da história do pensamento brasileiro, preocupada em entender o Brasil, o seu povo, as dificuldades do presente e as (im)possibilidades do futuro. Esta linha de estudos, originada a partir da República, é marcada por uma bibliografia heterogênea composta por diferentes correntes teóricas como a conservadora, a progressista, a culturalista e, mais adiante, a marxista. Embora esta análise crítica de esquerda ganhe significado a partir de meados da década de 30, com Caio Prado Jr., o contato da produção cultural e do gesto artístico no Brasil com a esquerda é bem anterior. A Semana da Arte Moderna coincide com o ano da fundação do Partido Comunista Brasileiro, em 1922, e alguns modernistas ingressam no Partido na década de 30. De forma geral, todos os modernistas situam-se criticamente ante a rea-

lidade brasileira, lutando pela inovação social e artística.

A união entre teoria e prática evidencia-se, na década de 50, quando Mário Pedrosa, Mário Schemberg e, mais tarde, Ferreira Gullar assumem uma perspectiva política para debater as relações de militantes ou grupos com o partido político comunista e para situar o significado da cultura no âmbito da transformação social.

Um deslocamento desta perspectiva, ou seja, o afastamento do âmbito cultural em direção ao núcleo mais rígido da política, vincula-se ao golpe militar de 1964, que provocou resistência e reação política, exacerbando a consciência crítica de militantes e artistas de esquerda, levando-os a optar por práticas revolucionárias. As décadas de 60 e 70 foram marcadas por uma intensa movimentação política de esquerda que, sob vários aspectos, facilitou um determinado tipo de aproximação entre política e cultura, especificamente entre ação política e poder de expressão da arte. Estes tempos e seus acontecimentos, analisados por Ridenti em obras anteriores e também neste seu último livro, deflagram, com a retomada dos governos civis, duas grandes tendências de reflexão sobre as práticas assumidas pela esquerda, naqueles anos. Um grupo de cientistas sociais vinculados às facções partidárias de esquerda produz uma consistente bibliografia, analisando o recente passado político, como fizeram, entre outros, Marco Aurélio Garcia, Leandro Konder e Gildo Marçal Brandão. Um outro conjunto de autores, oriundo da luta armada, entre os quais se incluem Jacob Goroender, Fernando Gabeira, Alfredo Sirkis e Haroldo Lima, rememora, numa avaliação crítica, o sentido das lutas empreendidas pela esquerda brasileira através da sobreposição da biografia pessoal e das grandes conjunturas da política brasileira daquele período.

Como prosseguimento deste balanço intelectual e político das atividades da esquerda no Brasil, situa-se mais recentemente Marcelo Ridenti que, no livro *Em busca do povo brasileiro*, dá continuidade a questões levantadas nas suas obras anteriores, ao mesmo tempo em que renova esta tendência de análise da esquerda ao enfatizar a aproximação entre política e cultura/arte, avan-

çando substancialmente na metodologia e no exame sociológico. O livro, que constitui um campo fértil para ensejar outras discussões nas Ciências Sociais, apresenta duas abordagens do tema, que estabelecem tensões entre si por apontar caminhos diferentes e desiguais para a exploração da realidade recortada.

Ridenti adota um tratamento heterogêneo para analisar as relações dos intelectuais e artistas com a dimensão política. No livro há uma unidade cindida: na primeira parte, composta pelos três primeiros capítulos, o estudo se pauta por uma metodologia cartográfica, baseada num mapeamento dos indivíduos e organizações vinculados a partidos ou facções políticas; na segunda parte, formada pelos outros três capítulos, verifica-se a adoção de uma visão que busca a compreensão da totalidade, adensando a análise pelas certas vinculações entre artista, trajetória e obra.

Na abordagem cartográfica – uma possibilidade analítica sempre à disposição do cientista social –, corre-se o risco da redução da construção e da compreensão do fenômeno estudado, uma vez que o autor privilegia a abordagem da ação política, considerando exclusivamente os sujeitos e as associações estudados na sua condição de militante, mesmo que exerçam também funções na área da cultura. Aliás, Ridenti reconhece várias vezes que a análise não deverá passar por uma interpretação estética da obra, pois seu enfoque fundamental está direcionado para o intelectual romântico e revolucionário, reunindo aí críticos, artistas, editores, revistas e centros culturais, considerados na sua função crítica e como agentes atuantes na busca do entendimento da sociedade e na luta pela sua transformação. Estes sujeitos que pensam o Brasil e a sua cultura são estudados pela posição que ocupam na arena política em face de determinados parâmetros da ação (num largo espectro que considera desde a adoção de um projeto político defensor ou não da luta armada até o constrangimento da experiência na prisão). Exemplos deste tipo de tratamento podem ser encontrados na análise sobre o CPC (Centro Popular de Cultura), Teatro Oficina, passando por intelectuais como Moacyr Felix,

Ferreira Gullar, Carlos Nelson e artistas como Sérgio Ferro.

Esta abordagem cartográfica, em que o político é o determinante para a pontuação explicativa, reafirma a fragmentação da esquerda e as diferentes estratégias na condução da revolução, assim como fizeram os autores ex-guerrilheiros na década de 70, quando os artistas foram analisados acompanhando as dissidências geradas em torno da luta armada contra a ditadura. Num cenário tão complexo, a política sobressai e a história constitui-se nas múltiplas opiniões ou facções políticas. Estabelece-se, desta forma, um texto analítico que vincula, em rápidas abordagens, o grupo ou a personalidade a ligações partidárias ou à guerrilha.

De imediato, o livro assume a análise dos agentes culturais a partir da perspectiva do Partido Comunista Brasileiro, assinalando seus aspectos românticos, os problemas do relativo controle sobre a produção cultural (setor de cultura ou comitê de cinema) e indicações de críticas ao PCB por parte dos pensadores ou artistas. Verificam-se, entre outros relatos, o afastamento de Nelson Pereira dos Santos, que de militante do partido passa a militante do cinema, e as divergências entre Dias Gomes e amigos comunistas, no que diz respeito à visão que cada um tem do PCB. Num certo sentido, Ridenti coloca sua apreciação sobre a atuação e o significado do PCB, por meio dos sujeitos estudados, quando estes discutem a natureza e as mudanças dos documentos do partido sobre cultura, ou seu controle sobre a produção artística. Nesta linha de análise, o autor apresenta os conflitos políticos entre os cineastas quando mostra Cacá Diegues afirmando que, após a realização de *Cinco vezes favela*, ele e outros cineastas se afastaram do CPC discordando da mera instrumentalização política da arte (p. 91); ou quando Nelson Pereira dos Santos avalia as discussões e posições políticas entre os cineastas: Leon Hirszman, caracterizado como o mais politizado, e Eduardo Coutinho, assinalado como não pertencente aos quadros do PCB, ao ingressar no CPC. Aliás, no transcorrer desta parte do livro, pertencer ou não ao partido torna-se uma das questões centrais para a articulação da análise.

Assim, tentativas de autonomia, reconhecimento do significado do projeto partidário ou conflitos e rivalidades entre grupos de esquerda (CPC, UNE, PCB, grupos de cineastas e de teatros) constituem os momentos privilegiados que dinamizam as relações políticas naquele momento.

O combate contra a ditadura instaurada em 1964 potencializa essas tendências, ainda mais quando se considera a opção pela guerrilha. Ridenti mostra que, enquanto o Teatro Oficina expira o ar da guerrilha, as lutas individuais e respectivas facções emergem em múltiplas propostas e direções: Sérgio Ferro e ALN, Carlos Zilio e MR8, Flávio Império e POR, Henfil e JUC, Eleny Guariba e VPR. Esta forma utilizada pelo autor para abordar os artistas da revolução leva à criação de vidas paralelas, com o militante de um lado e o artista do outro, destacando-se exclusivamente esta última opção. O intelectual ou o artista analisado desaparece sob o peso da história da esquerda e de suas organizações, sendo apresentado sem uma biografia estruturadora e sem a sua produção, considerado não pela sua pertinência artística, mas pela atuação como revolucionário. Para Ridenti importa destacar e apreender tais movimentações da esquerda, buscando adequar o conceito de romantismo revolucionário às práticas políticas, como bem exemplifica a seguinte passagem: “O PC do B – primeira dissidência comunista, de 1962 – manteve no essencial a análise do PCB sobre o caráter nacional e democrático da revolução brasileira, mas entendia ser necessária a luta armada para cumprir tal objetivo. Herdeiro do marxismo-leninismo-stalinismo, o PC do B não era propriamente romântico” (p. 151).

Ainda na primeira parte do livro, convém observar que as entrevistas deveriam ter um tratamento mais rigoroso e até uma avaliação crítica, visando uma melhor captação da realidade, mesmo porque todas elas se referem a experiências do passado histórico. Um detalhe chama a atenção e poderia ser evitado: em algumas passagens Ridenti utiliza entrevistas que revivem fatos nos quais o entrevistado menciona uma terceira pessoa, ausente no rol de entrevistados. São os casos das referências ao mal-estar de Haroldo de Campos, às controvérsias em torno de Décio

Pignatari e seu poema *Coca Cola* (pp. 78-79) e ao relato sobre a versão de uma festa segundo reproduz Denoy de Oliveira (p. 134).

Este primeiro tipo de abordagem adotada por Ridenti, mesmo produzindo uma análise de sobrevôo, deixa ao leitor um bom acervo de informações acerca dos intelectuais e artistas, quando assumem a resistência política a partir da década de 60.

Deve ser destacada a análise refinada e complexa realizada nos três últimos capítulos do livro, resultado de uma outra forma de tratamento da relação entre política e cultura, na qual o autor avança substancialmente, produzindo um estudo que já se pode considerar marcante na área das Ciências Sociais. Neste ponto, Ridenti inova ao trazer claramente o binômio cultura/arte para a análise do pensamento e da prática da esquerda no Brasil, contribuindo significativamente para o aprofundamento do estudo sociológico quando cria (agora sim trata-se da inventividade e da imaginação sociológicas utilizadas no conhecimento sistemático de um objeto de estudo) análises fundamentadas na adequação do manuseio do recurso teórico de inspiração marxista com uma reflexão crítica da realidade, referenciando-se por preocupações com as idéias de totalidade, permanência de tensões e paradoxos, vinculação entre indivíduo e história, análise interna da obra e contextualização da criação. Além disso, Ridenti adota uma abordagem que deixa transparecer o reconhecimento do valor da consciência crítica do indivíduo, a inevitabilidade do surpreendente da história e do gesto criador e as ambigüidades do artista ou do grupo como elementos decisivos na trajetória e, conseqüentemente, no esforço para a realização de projetos e utopias políticas.

Na segunda parte do livro, o recorte empírico e a escolha dos sujeitos a serem estudados não são norteados por ideologia ou alocação partidária, mas pela significação efetiva que o tema estudado adquire no complexo imbricamento da política com a arte.

A leitura de *Benjamin* constata que este “romance recoloca e atualiza o *lirismo nostálgico* e a *crítica social*, paralelamente ao esvaziamento da *variante utópica* da obra de Chico Buarque,

expressando a perplexidade da intelectualidade de esquerda no fim de século” (pp. 229-230). Com a escolha deste livro e a percepção da presença da sociedade e da política brasileira em seu conteúdo, Ridenti discute desde questões de linguagem e expressão poética até a compreensão complexa do enredo de peças e letras de Chico Buarque. O mesmo ocorre com a análise da brasilidade de Caetano Veloso, ampliando, neste caso, polêmicas a respeito do tropicalismo. No entanto, ao se perguntar “como poderia ser feita a tradução do movimento tropicalista do campo cultura para o político em sentido estrito?” (p. 280), Ridenti recoloca o seu desejo de ênfase no campo do estritamente político, relegando o fato de que o tropicalismo no Brasil foi em si mesmo um fato político com inúmeros desdobramentos, com crescente participação e de grande impacto sobre a cultura brasileira – exatamente pela multiplicidade de características e de interfaces criadas entre diferentes linguagens pelo movimento. Também no estudo destes dois artistas, percebem-se extrapolações duvidosas, como encontrar, em Chico Buarque, a essência do romantismo revolucionário, ou ampliar aproximações entre Glauber Rocha e Caetano Veloso, concluindo ser este último um herdeiro do messianismo romântico dos anos 60.

É neste sentido que se pode dizer que o uso do conceito de romantismo revolucionário (retirado de Michael Löwy) para caracterizar movimentos e militantes de esquerda no Brasil torna-se uma camisa de força, que pode ser adequada para alguns, mas não para outros. Da mesma forma, Ridenti encontra-se várias vezes diante do dilema de caracterizar um artista (Roberto Santos, por exemplo) como comunista ou não. Aliás, esta questão do romantismo já perpassava os artistas da época, tanto que a linha de pesquisa básica adotada para o livro foi proposta por alguns dos próprios sujeitos investigados, que se autodenominam românticos, como no caso de Capovilla quando se considera “um verdadeiro romântico”, ou de Caetano Veloso, quando se refere aos outros românticos.

De forma geral, verifica-se que o livro traduz a aguçada sensibilidade da esquerda em relação à arte, embora, como outra face da moeda, a expe-

riência histórica também mostre a freqüente utilização política da arte e dos artistas pelos regimes comunistas. Uma sólida vertente da análise da cultura/arte no seu significado político vem sendo construída desde Karl Marx, se estendendo pela obra de Antonio Gramsci, Georg Lukács, entre muitos outros, até chegar recentemente a autores como Fredric Jameson. Deve-se ter em mente que, na interpretação marxista, a arte aparece como forma de conhecimento e de consciência, associada, simultânea e contraditoriamente, tanto à expressão da humanidade (homem como criador, superação de si mesmo e outras questões semelhantes) quanto a vinculações com a política (reificação, alienação ou superação individual e social). Mesmo inserida numa estrutura social determinada, a arte, como parte da cultura ou da superestrutura, mantém uma certa autonomia. Nesta linha, Marx aponta para o fato de que o homem cria a beleza de acordo com as leis da beleza e que o exercício dos sentidos pode ser um fim em si mesmo.

Do ponto de vista da produção cultural, a filosofia marxista acentua a consciência crítica dos intelectuais/artistas, que assumem explicitamente proposições e ações voltadas às questões sociais e às mudanças da sociedade, em trajetórias que se realizam repletas de tensões e paradoxos – percebemos idéias deste processo analítico na leitura que Ridenti elabora de *Benjamin* e do tropicalismo. Tais indicações, conjugadas aos conceitos de ideologia e consciência de classe, remetem para a relação conhecimento-ação, ou especificamente a pertinência em se compreender a adequação ou inadequação entre o agir e o grau ou tipo de conhecimento alcançado pelo sujeito ativo. Gramsci, Lukács, Althusser, Jameson e outros de esquerda preocuparam-se com esta vinculação, que é fundamental também neste livro. Afinal, *Em busca do povo brasileiro* aborda as ações dos movimentos políticos e culturais de esquerda e a inserção de artistas e intelectuais engajados, iluminando as diferentes relações que se estabelecem entre formas ou tipos de conhecimento e as práticas políticas correspondentes.

Nesse momento, vale a pena retomar comparativamente os dois enfoques adotados pelo

autor por se constituírem em pistas para futuras discussões ou pesquisas. Assim, a primeira parte do livro reforça a importância da ação (com algumas exceções: quando o autor se detém no discurso de intelectuais como Gullar, Coutinho e Konder e escritores como Callado, os depoimentos explicitam concepções estritamente voltadas à luta política), acentua a base da ação por meio de uma estratégia política (a guerrilha como recurso imediato), frisa a importância da organização em detrimento do indivíduo (PCB e sua dissidência PC do B), coloca a mudança social como esforço coletivo violento e constrói um quadro no qual imperam certezas, mesmo que às vezes se veicule a imagem do intelectual vivenciando a dúvida. Se a primeira parte trata da utopia social e da revolução da sociedade, a segunda gira em torno da liberdade individual e da revolução da linguagem, como fatores que podem transformar a sociedade pelos seus interstícios; pode-se perceber que enquanto a primeira parte está voltada para a grande família comunista, a segunda enfoca os filhos pródigos. Porém, todos voltados para a mudança social que pode se dar por meio (da educação) dos sentidos, conforme assinalou Marx. Ao adotar o segundo tipo de abordagem, Ridenti alia a liberdade criativa à tradição marxista, indicando a pertinência da reunião entre compreensão da história, acompanhamento da trajetória individual e análise interna da obra ou discurso do artista.

Dois artistas ainda podem ser lembrados para exemplificar o duplo tratamento para a questão da relação entre arte e política: Sérgio Ferro e Glauber Rocha. O primeiro possui a “intenção explícita de buscar em sua obra uma possibilidade de comunicação com o homem comum do povo” (p. 177). Nesta direção, Sérgio Ferro recupera o realismo, na sua convivência com o romantismo, como forma de realizar uma arte política que examinasse os problemas cruciais da realidade, contra o movimento abstrato. É interessante observar que esta visão também fundamentou o “realismo socialista” produzido na extinta União Soviética e que estava voltado para a erradicação da velha sociedade e a formação de um novo homem e de novas relações

sociais. Sob o controle do partido e do Estado, engendra-se a estetização do político, uma vez que a arte ficou a serviço do projeto político comunista. Até o confronto realismo *versus* informalismo repete-se no Brasil, conforme as circunstâncias próprias, uma vez que o realismo, nada romântico mas instrumentalizado, colocava-se contra a arte abstrata considerada burguesa ou degenerada (mais tarde, nos anos 60, os Estados Unidos responderam com uma intensa propaganda contrária ao realismo, pressionando pela hegemonia do movimento abstrato). Verifica-se que, em certas circunstâncias históricas, a cultura e a arte se constituem em meios para fins políticos. Neste caso, o mesmo perigo que consterna a prática cultural também pode perpassar a análise da relação entre arte e política.

Glauber Rocha é o espectro incômodo que vagueia pelo livro, tanto na primeira parte, quanto na segunda, pedindo para ser decifrado. Juntamente com Chico Buarque e Caetano Veloso, ele também permite colocar a efetiva complexidade da relação entre cultura/arte e política. O cinema brasileiro constantemente propõe questões referentes à realidade do país e ao homem brasileiro, desde Humberto Mauro, com o Ciclo de Cataguazes, até o cinema feito a partir dos anos 60 e, especificamente, o Cinema Novo. Os mais significativos filmes, na tentativa de melhor compreender o Brasil, expõem seu povo, sua política e seus intelectuais atuantes. Nesse sentido, a figura de Glauber, tratada em várias mas curtas passagens, é aquela que melhor sintetiza as críticas, as buscas e as dúvidas levantadas pela cinematografia da época. Polêmico como militante do cinema e como realizador, Glauber Rocha produziu uma obra que incorpora os movimentos artísticos do período, rompendo com a rigidez da concepção de arte formulada pela esquerda-direita brasileira. Daí a dificuldade em desenvolver uma linha para situá-lo no interior de um partido ou de uma facção partidária, ainda mais quando se consideram suas críticas polêmicas ao país, ao seu povo e à revolução possível. Tanto melhor seria poder contar com a mesma análise sutil e abrangente que Ridenti realiza para Chico e Caetano também para obra de Glauber Rocha.

De maneira mais restrita também é analisada no livro a televisão, principalmente através de Dias Gomes e da telenovela, visando recuperar, em tempos mais recentes, a ambígua e contraditória integração “de intelectuais e artistas de esquerda à ordem capitalista modernizada na sociedade brasileira” (p. 328). Neste último capítulo, Ridenti amplia o espectro de análise, o que talvez exigisse um novo deslocamento metodológico necessário para tratar de um meio que envolve a indústria da consciência. Porém, neste cenário da comunicação surge uma rara oportunidade de reencontrar alguns dos atuantes artistas analisados nas décadas anteriores, agora buscando o seu lugar na sociedade marcada profundamente pela presença da televisão.

Assim, a leitura de *Em busca do povo brasileiro* dá ao leitor a certeza da importância de conservar a memória, reforça a necessidade da recuperação da análise da história e mostra que o pensamento crítico e a ação política são também fundamentos da melhor arte e companheiros do melhor artista – e este processo tem obstáculos e inimigos, mas ele segue em frente na busca interminável do “triunfo da beleza e da justiça”, como responde Paulo Martins/Glauber Rocha à convulsão social e política do Brasil, na última fala de *Terra em transe*.

MIGUEL CHAIA é professor da Faculdade de Ciências Sociais e pesquisador do Núcleo de Arte, Mídia e Política da pós-graduação em Ciências Sociais (PUC/SP). É também editor da revista São Paulo em Perspectiva, da Fundação Seade.

São Paulo: a metrópole e suas centralidades

Heitor FRÚGOLI JÚNIOR. *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na cidade*. São Paulo, Cortez/Edusp, 2000. 254 páginas.

Wagner Iglecias

Versão da tese de doutorado de Heitor Frúgoli Júnior, defendida em 1998 no Departamento de Sociologia da USP, *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*, o mais recente livro do autor, vem coroar o conjunto de pesquisas que ele tem desenvolvido ao longo dos últimos dez anos. Neste período, o trabalho de Frúgoli sempre teve como objeto privilegiado de reflexão a questão dos tímidos avanços e reiterados retrocessos na democratização do espaço público na capital paulista, através das dinâmicas de criação de espaços privados voltados às camadas economicamente mais ricas da população e do abandono de espaços públicos degradados à população de baixa renda.

Permeado por uma rigorosa reconstrução da discussão urbanística moderna e pós-moderna, sobretudo a partir da perspectiva dos arquitetos (e em especial daqueles que tiveram a oportunidade de intervir de forma concreta no espaço urbano), o livro parte da hipótese de que a cidade de São Paulo foi caracterizada, ao longo do século XX, não apenas por um processo de crescimento desmesurado em direção às periferias, mas também por um processo contínuo de criação e abandono de centralidades. Nestas teriam se concentrado as atividades de comando do grande capital em cada um dos períodos históricos que a cidade atravessou nas últimas décadas, do fordismo à acumulação flexível e à mundialização do capital, com seus desdobramentos em vocações econômicas variadas como pólo industrial, centro financeiro do país e cidade-sede do setor terciário avançado presente na economia brasileira.

Frúgoli identifica geograficamente as regiões do Centro Velho, Avenida Paulista e Avenida

Engenheiro Luís Carlos Berrini como os três pólos do tripé de centralidades que se formaram ao longo do século passado na cidade de São Paulo, numa linha reta em direção à região sudoeste da capital paulista. Mais que isso, o autor correlaciona, de maneira muito oportuna, a sucessão de interesses do grande capital, sobretudo imobiliário, associados ao poder público e que resultam no fenômeno retratado na pesquisa, à realidade metropolitana mundial, caracterizada pelas políticas governamentais voltadas à atração de empresas, por meio das quais uma espécie de vale-tudo em termos de uso do espaço e dos recursos públicos parece tornar-se legítimo a partir do prisma da competição por investimentos. Sob essa perspectiva, surgem convergências de interesses que passam a pleitear, junto ao poder público, um tratamento privilegiado em relação às prioridades em termos de políticas urbanas.

Refazendo com muita competência toda a trama de interesses, estratégias e trajetórias dos atores sociais envolvidos na sucessão de centralidades que caracteriza São Paulo, o autor identifica em três associações empresariais a articulação dos grandes interesses econômicos em relação à cidade, umbilicalmente ligados ao poder público. Apesar de suas particularidades e formas de atuação distintas, é possível depreender da leitura que tanto a Associação Viva o Centro, capitaneada sobretudo pelo BankBoston, quanto a Associação Paulista Viva (Banco Itaú) e o *pool* de empresas que atuou pela criação do pólo Berrini-Marginal Pinheiros sempre buscaram, seja através da revitalização de espaços decadentes, seja através da criação de novas centralidades, um ideal de cidade que, embora não publicamente reconhecido, é excludente. A história recente mostra que a lógica dessas associações faz com que se abra mão, na maioria das vezes, da interlocução com outros segmentos da sociedade paulistana, especialmente os mais afetados pela transformação urbanística em curso, como no exemplo das populações de baixa renda situadas no caminho onde o grande capital faz sua marcha em São Paulo. Some-se a isso o fato de que ainda perdura entre os segmentos mais privilegiados da cidade, mesmo após decorrido um século, a men-

talidade que associa pobreza à desordem e violência. Nisso talvez resida a justificativa, consciente ou não, para o pleito por intervenções urbanas saneadoras, que perpassa e transcende o interesse econômico puro e simples. Não deve ser uma simples coincidência o fato de que os bairros residenciais da elite paulistana caminharam, ao longo do século XX, em direção à região sudoeste da cidade, numa trajetória cronologicamente muito semelhante à das três centralidades do capital em São Paulo.

Frúgoli acerta o alvo ao apontar a Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini como o mais novo pólo da centralidade em São Paulo, mas poderia dar mais ênfase ao fato de que, se foi um marco histórico e geográfico do surgimento dessa nova centralidade, atualmente a Berrini é apenas uma subparte de uma região maior e mais complexa – a extensão da Marginal Pinheiros, entre a Avenida dos Bandeirantes e a Ponte João Dias, transformada, nos últimos anos, no maior distrito de negócios da América Latina. O autor apenas menciona de forma sucinta o fenômeno que atualmente se observa na Marginal Pinheiros, ao qual deveria retornar, talvez em um próximo trabalho, aprofundando sua reflexão sobre a região, de modo a enfatizar as fronteiras além-Berrini que têm caracterizado a expansão do grande capital em direção ao bairro de Santo Amaro, antecipando as tendências de aumento da importância estratégica daquela região da cidade neste início de novo século. De fato, São Paulo possui atualmente uma paisagem bastante diferente da que a caracterizou no início do século passado. Pouco restou das atividades de ponta do capital no Centro Velho, exceção feita à Bolsa de Valores e à Bolsa de Mercadorias e Futuros. A própria Avenida Paulista, tradicionalmente conhecida como coração financeiro do país, passa por rápido processo de redefinição de sua vocação econômica em direção a atividades terciárias de pequeno porte e sedia hoje apenas dois dos dez maiores bancos em atividade no Brasil. O sistema financeiro, cada vez mais internacionalizado, tem suas sedes localizadas na Marginal Pinheiros e adjacências. A construção, ainda não concluída, da nova sede brasileira do BankBoston na Avenida das Nações

Unidas pode ser um indicativo de que o Centro Velho, não obstante todas as recentes tentativas de revitalização econômica, tenha sido definitivamente relegado à condição de local pitoresco e até apazível, porém desfuncional.

Para retratar a mais nova centralidade paulistana, Frúgoli utiliza os termos “quadrante sudoeste” e “vetor sudoeste”, ora um, ora outro. O termo “vetor sudoeste” é relativamente recente em sua reflexão e obra, enquanto “quadrante sudoeste” já havia sido usado por ele antes. A palavra quadrante, que segundo o dicionário Aurélio significa “a quarta parte”, nos diz pouco sobre o que está ocorrendo em relação à nova centralidade paulistana. O termo vetor parece mais apropriado, pois reveste-se de caráter político ao dar ao fenômeno das centralidades uma noção de direção e apontar em dois sentidos. O primeiro, mais óbvio, indica que as funções de comando do grande capital situadas em São Paulo deslocam-se para a porção sudoeste da metrópole. E o segundo, menos acessível a quem não conhece a realidade socioeconômica da região, diz respeito ao que a cidade pode vir a se transformar, dada a dinâmica que preside seu desenvolvimento e sua sucessão de centralidades, tendo em vista que esse novo centro se situa defronte à porção mais pauperizada, violenta e excluída da periferia paulistana, separando-se dela apenas pela calha do rio Pinheiros. Para além de uma simples questão semântica, a opção pelo termo “vetor sudoeste” parece mais cabível porque aponta não exatamente para uma cidade extremamente polarizada entre ricos e pobres, entre globalizados e excluídos, ou entre *insiders* e desconectados, mas mais propriamente para uma espacialidade caleidoscópica, profundamente dividida em territorialidades com lógicas econômicas e culturais particulares e muito distintas, contíguas umas às outras, a qual pode vir a caracterizar, nos próximos anos, não apenas a porção sudoeste, mas todo o espaço metropolitano da maior cidade do hemisfério Sul.

Calcado na ampla bagagem bibliográfica do autor, e também em vasto material publicado pela imprensa e em diversas entrevistas, *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações*

na metrópole tem um belo projeto gráfico e retrata com esmero, através de fotografias e mapas, os três centros que caracterizaram a capital paulista no decorrer do século XX. O livro estabelece-se como obra referencial na frutífera tradição de estudos que retratam o crescimento da metrópole paulista no transcurso dos últimos decênios, com seus vãos e desvãos de progresso e exclusão, exemplificado nas várias formas de apropriação do espaço público a luta pela cidadania.

WAGNER IGLECIAS é doutorando do departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo.

O Partido Comunista Brasileiro: trajetória e estratégias

Marco Aurélio SANTANA. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo, Boitempo Editorial/UFRJ, 2001. 311 páginas.

Lucilia de Almeida Neves

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) é a agremiação partidária que alcançou maior longevidade na história política do Brasil. Fundado em 1922, na esteira da euforia mundial socialista provocada pela Revolução Bolchevique, vitoriosa na Rússia em 1917, perdeu até 1992, quando extinto por seus próprios militantes, por ocasião de seu X Congresso.

As dificuldades vividas pelo PCB no decorrer de todos esses anos podem ser avaliadas pelo número de congressos que o partido conseguiu realizar: dez, em setenta anos de lutas e de construção de uma história singular, expressiva e, muitas vezes, influente na vida política nacional.

Não é sem razão, portanto, que a produção acadêmica referente ao PCB, nas áreas de História, Ciência Política e Sociologia, seja numericamente significativa e tematicamente variada. Sobre a trajetória e a prática política desse partido muito já foi produzido, incluindo-se no conjunto dessa produção análises e interpretações sobre as seguintes questões, entre outras: perfil de seus militantes e lideranças; representação e imaginário dos comunistas; fases da vida partidária; centralismo democrático e dinâmica da vida cotidiana do partido; crises internas e cisões; inserção partidária junto à sociedade civil; integração de intelectuais, militares e operários ao partido; influência do PCB em conjunturas eleitorais; definição de táticas e estratégias em diferentes conjunturas; relação com o movimento comunista internacional; biografia de líderes e militantes anônimos.

Portanto, não é imprudente afirmar que, até a presente data, entre todas as organizações partidárias que atuaram ou atuam na vida política brasileira, o Partido Comunista foi o que mais

estimulou análises por parte da comunidade acadêmica. Em decorrência, a produção de qualquer novo trabalho que se refira a esse tema corre o risco de se tornar repetitiva. De fato, quando determinado objeto de pesquisa já alcançou expressiva consolidação, torna-se quase temerário insistir em nova produção sobre o assunto.

Marco Aurélio Santana, que pode ser incluído no elenco dos jovens sociólogos brasileiros, no entanto, não se acanhou diante de tão ampla produção acadêmica sobre um objeto específico de pesquisa e enfrentou o desafio de lançar novas luzes sobre um assunto bastante recorrente. E o fez com expressiva criatividade. Em princípio, tese de doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o livro de sua autoria, intitulado *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*, poderia ter se constituído em mera compilação dos inúmeros estudos, inclusive alguns clássicos, entre os quais se destacam os de Werneck Vianna e Francisco Weffort, sobre a relação do Partido Comunista com o movimento sindical brasileiro. Todavia, o resultado de seu trabalho não correspondeu a essa expectativa de teor negativo, pois às análises consolidadas sobre a agremiação partidária em foco, acrescentou novas interpretações, mescladas por informações relevantes e, muitas vezes, originais. Nesse sentido, o livro alcança uma expressividade peculiar no conjunto da produção acadêmica sobre o Partido Comunista Brasileiro.

Transitando pelo período republicano, delimitado pelo anos de 1945 a 1992, não deixa de considerar em sua interpretação as rupturas institucionais e as transições políticas que marcaram as diferentes conjunturas desse período, tanto no contexto nacional como no internacional. Rupturas e transições que em muito afetaram o cotidiano do Partido Comunista Brasileiro. Nesse sentido, o autor, ao definir o recorte cronológico de sua pesquisa, começou por acrescentar uma novidade significativa em relação à produção já existente. Isto porque a maior parte dos estudos sobre a atuação dos comunistas na vida política brasileira tem adotado, preferencialmente, como referência, as seguintes fases: fun-

ção do partido e República Velha, anos 30 e Estado Novo; e período do populismo democrático (1945-1964). A produção, todavia, começa a diminuir quando toma como referência os anos que se seguiram à implantação do regime autoritário em 1964, tornando-se bastante escassa quando se refere à fase de abertura política e de democratização do país, a partir do final da década de 1970. Santana, portanto, inovou ao estender sua pesquisa ao processo que denomina de “longa morte” do partido, inserido no período correspondente aos anos de 1980 e 1992.

Tal inovação, contudo, não se restringe simplesmente ao recorte cronológico adotado pelo autor. Na verdade, ao fazer uma análise conjuntural que corresponde ao canto do cisne do Partido Comunista, seu trabalho adquiriu um caráter inédito, pois acrescentou novos elementos à compreensão e interpretação da trajetória pecebista, considerando em sua pesquisa, como praticamente nenhum autor até então o fizera, os anos finais de atuação do partido. Esse fato possibilitou ao autor realizar, com maior pertinência, análises comparativas referentes a outras fases políticas que marcaram a trajetória histórica do partido nos últimos cinquenta anos. Seu trabalho constitui-se, assim, em efetiva contribuição, tanto no que se refere à história do PCB, como no que diz respeito à atuação de sujeitos históricos que fizeram da causa comunista a razão maior de suas vidas.

O eixo central das análises contidas no livro concerne à relação do Partido Comunista com o movimento sindical brasileiro e, em decorrência, com outras organizações partidárias que elegeram as organizações sindicais como áreas prioritárias de ação política. O trabalho estruturado em torno de duas conjunturas (1945 a 1964 e 1978 a 1992) considera, com pertinência, as profundas diferenças de tais fases e destaca que o ano de 1978 marcou o período de maneira particular, quando novos agentes entraram em cena na vida sindical nacional. Trata-se da fase do novo sindicalismo, cuja característica principal é a da atuação, em um primeiro momento, do Partido dos Trabalhadores (PT) e, em seguida, da Central Única dos Trabalhadores.

No primeiro período, Santana enfatiza a disputa por hegemonia no movimento sindical entre comunistas e a corrente pelega do trabalhismo. No segundo, destaca primeiramente as agruras sofridas pelos militantes pecebistas a partir do momento em que os militares assumiram a direção do Governo Federal. Em seguida, analisa o enfraquecimento do partido a partir de 1978; muito debilitado pela forte repressão a que seus militantes foram submetidos e pouco atualizado em suas proposições e formas de ação, encontra no PT não um aliado, mas um adversário. O movimento sindical, que era crucial na perspectiva da ação política dos comunistas, tornou-se a alavanca de organização e recrutamento de quadros do PT. Estava selada, segundo o autor, a longa agonia do PCB, que sempre vislumbrou nos operários e nos trabalhadores em geral um universo preferencial de ação e formação de quadros.

O embate com o Partido dos Trabalhadores, no entanto, não traduz somente as características de uma conjuntura específica. Na verdade, trata-se de mais uma, entre as muitas fases recorrentes na trajetória do Partido Comunista Brasileiro, que esteve quase sempre sob “fogo cruzado”. Enfrentou, com assiduidade, de um lado, as críticas de outros partidos e tendências de esquerda, que o consideraram, inúmeras vezes, o “partido da ordem”. De outro, a recorrente coerção por parte dos órgãos governamentais. É inegável que, mesmo na fase em que atuou com maior liberdade (1945-1964), tenha sido um partido estigmatizado pela clandestinidade. Ao longo de sua história, o PCB carregou, na maior parte do tempo, o peso da ilegalidade, pois foram inexpressivos os períodos em que seu registro fora aceito pela Justiça Eleitoral – anos de 1945 a 1947 e a fase pós-abertura política (década de 1980 em diante), a qual corresponde justamente à crise final do partido.

Mesmo enfrentando dificuldades significativas advindas da condição de ilegalidade e das orientações muitas vezes equivocadas de sua direção, o PCB em muito contribuiu, de acordo com Santana, para o fortalecimento do movimento sindical brasileiro. É que “uma certa consciência sindicalista sempre esteve presente nas bases

do partido”, fazendo com que seus quadros operários realizassem um eficaz trabalho junto às bases operárias, especialmente na conjuntura histórica do período pré-1964. Esse trabalho, segundo a interpretação do autor, teve como mérito crucial contribuir para que os trabalhadores chegassem, como sujeitos históricos, ao “mundo da grande política”.

Outra questão considerada pelo autor diz respeito às relações desenvolvidas entre o Partido Comunista e o Estado. Para tanto, analisou as diferenças peculiares aos diversos períodos governamentais. Antes de 1964, período marcado por certa tolerância e, algumas vezes, por uma expressiva interlocução com diferentes forças políticas, em especial nas conjunturas de eleições presidenciais. Após 1964, fase em que o partido foi submetido à prática da coerção pelos governos militares.

O livro também dedica grande ênfase à narrativa e análise das divergências no interior do partido, em especial aquelas relacionadas à definição de estratégias que visavam tornar o PCB uma agremiação confiável e assimilável ao conjunto dos partidos integrados à lógica da democracia política clássica. Contribui, desse modo, mesmo que de forma indireta, para desmistificar idéias, que ainda encontram adeptos, de que o Partido Comunista Brasileiro se caracterizou por ser uma agremiação monolítica, exclusivamente atrelada a orientações internacionais, muitas vezes incompatíveis com a realidade específica do Brasil. Ao apresentar, com clareza, as polêmicas internas que marcaram a vida do PCB, o autor demonstra que a prática política, mesmo em organizações partidárias que têm projetos muito definidos e características de forte centralização, é terreno fértil para a germinação da heterogeneidade.

A obra traduz uma orientação de pesquisa interdisciplinar que tem alcançado grande adesão por parte da comunidade de pesquisadores nas áreas de ciências humanas. Dessa forma, Santana alia com especial criatividade a pesquisa histórica documental, traduzida por intenso trabalho empírico, com análises políticas e sociológicas bastante refinadas. Influenciado pelo marxismo de

Gramsci e pela corrente historiográfica liderada pelo historiador inglês Thompson, ele transita, com segurança, pela teoria sobre partidos desenvolvida pelo pensador italiano e a aliança entre a pesquisa empírica e a análise da política como cultura, que tem em Thompson um de seus principais expoentes.

Entender a trajetória da esquerda brasileira é um grande desafio que ainda por muito tempo irá estimular pesquisadores das ciências sociais. Afinal, marcadas por forte fragmentação, a maior parte das organizações que têm representado os projetos das esquerdas do Brasil são campos a serem decifrados por consistentes análises e interpretações.

Quanto ao PCB, o fato de ser objeto de inúmeras pesquisas indica sua importância no cenário nacional e na constelação das organizações de esquerda do Brasil. Também por essa razão, *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*, ao apresentar consistentes mas também polêmicas interpretações sobre a trajetória e as estratégias do partido, merece a atenção dos leitores. Mesmo porque, no âmbito da política partidária, analisar e interpretar a trajetória de um partido que passou por inúmeras dificuldades, mas acabou por se constituir como o de maior longevidade da República brasileira, é um desafio que extrapola a história partidária em si, alcançando um universo mais complexo das relações Estado/sociedade civil/partido. A esse desafio Marco Aurélio Santana respondeu com especial sensibilidade e competência.

LUCILIA DE ALMEIDA NEVES é professora titular do Curso de História, diretora do Centro de Pesquisa Histórica e professora de pós-graduação em Ciências Sociais da PUC/Minas Gerais. É também presidente da Associação Brasileira de História Oral.

Na metrópole do subdesenvolvimento industrializado: das contradições às experiências urbanas

Lúcio KOWARICK. *Escritos urbanos, fotografias de Tomás Rezende*. São Paulo, Editora 34, 2000. 144 páginas.

Maura Pardini Bicudo Vêras

Só um autor com a plenitude intelectual e a profundidade na pesquisa urbana de Lúcio Kowarick poderia retomar tão bem temas candentes neste início de milênio, em que novos desafios se colocam aos estudiosos das cidades e novas posturas teórico metodológicas vêm oferecer e questionar alternativas às ciências sociais.

Como Kowarick expõe em sua “trajetória de pesquisa” (p. 13), mesmo sem pretender fazer uma “epistemologia da problemática urbana brasileira”, acaba por realizar um balanço crítico dos temários específicos desde a década de 70, reunindo escritos de diferentes momentos, atualizando e ampliando esse debate com criatividade e rigor e envolvendo abordagens correntes no período, o que inclui seus próprios avanços e limites.

Nas décadas do “milagre econômico brasileiro”, os estudos urbanos destacavam processos macroestruturais, evidenciando a face perversa do capitalismo a ensejar um determinado papel do Estado na direção do crescimento, ao mesmo tempo em que propiciava intensa desigualdade, pobreza e segregação. Em todas essas discussões sempre esteve subjacente o tema da cidadania, bem como o dos movimentos sociais.

Nesse contexto, o conceito nuclear de espoliação urbana vai ganhando progressivamente novas conotações: das “somatárias de extorsões motivadas pela ausência/carência de acesso aos serviços urbanos (os meios de consumo coletivo)” – tão bem aplicadas nos anos 70 e 80 e, sob forte influência das abordagens marxistas, dando ênfase aos constrangimentos histórico-estruturais – para agora abranger também as condições sub-

jetivas dos atores e as produções simbólicas dos agentes que se representam e significam a vivência da exclusão. Incorporando o tema exclusão social relacionado à subcidadania, o autor cria com propriedade a oposição entre cidadão privado (consumidor ancorado à conquista da moradia na metrópole) e subcidadão público (com a precarização do trabalho, o desemprego, pobreza e iniquidade diante da lei).

Sintetizando esse percurso, poder-se-ia resumir emblematicamente que se oscilou do destaque das contradições (nos termos de M. Castells) para o das experiências (na linguagem de E. Thompson), tendo como principal referência empírico-analítica a metrópole do subdesenvolvimento industrializado, notadamente São Paulo.

Ao recuperar a trajetória dos últimos trinta anos, Kowarick resgata a tônica das macrodeterminações presentes no pensamento dos anos 70, pois mesmo os movimentos populares urbanos eram ligados à “reprodução da força de trabalho” e vistos como manifestações secundárias; o conceito de “exército industrial de reserva” e seu papel nas transformações revolucionárias concentravam todas as atenções dos estudiosos. A ausência de políticas compensatórias sociais e o papel do Estado que concede benefícios urbanos e acaba por excluir amplos segmentos são enfocados na caracterização da região metropolitana de São Paulo a partir do seu desenvolvimento industrial e dos seus contrastes, configurando um quadro de “mais valia absoluta urbana”.

Com destaque para a questão da moradia na metrópole do subdesenvolvimento industrializado, o autor enfrenta o debate da dialética inclusão/exclusão social e da cidadania, aprofundando a investigação das múltiplas facetas da produção da experiência tanto na confecção da “casa própria” quanto na concepção de uma imagem negativa associada ao inquilinato popular e à expulsão constante de favelados e pessoas de baixa renda em geral, transformando o subproletariado e os pobres em “classes perigosas”, especialmente em momentos de luta da classe operária (pp. 81-95).

Houve, portanto, um deslocamento analítico quando o autor afirma a importância das expe-

riências dos atores sociais, suas vivências, suas subjetividades, dizendo que “é mais promissor indagar o significado que [a] materialidade tem para os múltiplos atores que se enfrentam na arena social” (p. 106). A espoliação urbana reaparece, pois, como “percepção coletiva segundo a qual existe legitimidade na reivindicação por um benefício e que sua negação constitui injustiça, indignidade, carenciamento ou imoralidade” (p. 107). Assim, os carecimentos, a dignidade, a economia moral e a justiça são também considerados no domínio da subjetividade.

Ao mesmo tempo, as potencialidades transformadoras dos movimentos populares urbanos foram revisitadas pelo autor, ao propor que se imbriquem análises da esfera da reprodução social (as lutas pelas melhorias no “ambiente construído”) à esfera da produção (conflitos sindicais ligados ao mundo do trabalho), o que chamou de “os caminhos do encontro”.

Como tema recorrente de suas preocupações, ao descartar a visão “genético-finalista”, e sugerir uma análise interna dos movimentos sociais, Kowarick enfoca a fusão de reivindicações e conflitos que vão das lutas travadas nos bairros em torno dos serviços e equipamentos urbanos às lutas ligadas aos movimentos sindicais e ao trabalho. Tecida a partir do encontro de experiências vividas em seqüências de sociabilidades e relacionando a exploração do trabalho à espoliação urbana, essa abordagem revela o quanto existe de conflito de classe no significado das lutas cotidianas.

Assim, “pauperização e espoliação são apenas matérias-primas que potencialmente alimentam os conflitos sociais: entre as contradições imperantes e as lutas propriamente ditas, há todo um processo de produção de experiências que não está, de antemão, tecido na teia das determinações estruturais” (p. 69) ou, em outras palavras: “as condições materiais objetivas constituem as fibras das quais a tecelagem permite múltiplas cores e desenhos” (p. 84).

Ainda na conjuntura recessiva da “década perdida”, a luta sindical mais as reivindicações em torno da vida nos bairros geraram uma consciência de exclusão, um campo de resistência da orga-

nização popular, em uma certa genealogia da fusão. Nos anos 90, essa consciência do mundo da subcidadania tenderia a acentuar-se pelo agravamento dos mesmos problemas: a saturação do padrão periférico de crescimento, as crises do transporte coletivo, a omissão dos poderes públicos diante da especulação imobiliária (e a retenção de vazios urbanos), o aumento de favelados e de cortiçados – estes sendo subestimados nas estatísticas oficiais – além de violência, morte e outros fatores alarmantes.

Entretanto, como visto, não é linear a relação entre dilapidação e espoliação, de um lado, e consciência e luta política, de outro. Por isso, é conclusiva a afirmação de que a unificação das lutas sociais em torno de movimentos com capacidade de transformações políticas radicais “já é uma idéia com pouco apoio na realidade brasileira e latino americana. Contudo, perpassada por partidos, igrejas, assessorias técnicas, lideranças de todas as ordens e matizes, e até por especuladores, a questão da autonomia e da produção cultural dos movimentos sociais urbanos, novos e antigos, continua sendo uma questão política para configurar uma condição social de vida mais equitativa e, eventualmente, um ideal emancipatório de inspiração socialista” (pp. 53-54).

Fruto da rica trajetória intelectual de Lúcio Kowarick, sempre comprometido com as questões sociais e com a busca da cidadania, o livro é extremamente oportuno e necessário a todos que se interessam pelo estudo das cidades brasileiras contemporâneas e também pelas suas transformações democráticas. Essencial para quem ama São Paulo, quer compreendê-la em seu profundo sofrimento e deseja trabalhar por sua superação.

MAURA PARDINI BICUDO VÉRAS é professora titular do Departamento de Sociologia e do Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais da PUC/São Paulo.